

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A MAPFRE Seguros Gerais S.A. atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 33.

Prêmios emitidos

No exercício de 2017, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.115,3 milhões, retração de 1,2% em relação ao ano anterior.

Na carteira de automóvel houve decréscimo de 2,8%, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros, contudo, o mercado já mostra sinais de recuperação, com aumento de 9% na venda de veículos novos em 2017 (fonte: Anfaeva). A carteira de grandes riscos apresentou decréscimo de 6,2%, impactada principalmente pela redução de prêmios, devido à uma demanda crescente para a elevação das franquias, e pela implantação de um processo de aperfeiçoamento do modelo de subscrição de risco com o objetivo de rentabilização das carteiras, substancialmente para os seguros de transportes. As demais carteiras que inclui massificados, agronegócios, habitacional e seguro de pessoas apresentaram

crecimento de 5,8%. A carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 28,6%, que se explica pela redução da tarifa realizada pela Seguradora Líder.

Despesas administrativas

No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,2%, com aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Seguradora, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

Desempenho financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 238,7 milhões com redução de 40,3% em relação ao ano anterior. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 627,3 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado, no exercício de 2017 foi de 106,0%, aumento de 1,6 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 102,0%, aumento de 3,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 91,9 milhões, retração de 159,3% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento da sinistralidade com maior incidência na frequência de roubo e furto nas carteiras de automóvel e de transportes. O lucro por ação foi de R\$ (0,07) em 2017 e R\$ 0,11 em 2016.

Investimentos e novos negócios

Os investimentos realizados no exercício de 2017, no montante de R\$ 50,3 milhões, foram destinados à aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros ativos.

Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 158,2 milhões na forma de dividendos, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de março e 04 de outubro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Seguros Gerais S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 627,3 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		6.996.994	6.551.081
Disponível	5	13.597	87.912
Caixa e bancos		13.597	87.912
Equivalentes de caixa	5	3.864	46.184
Aplicações	6	1.977.385	1.634.742
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.072.802	2.148.616
Prêmios a receber	7	1.765.268	1.896.847
Operações com seguradoras		40.556	63.958
Operações com resseguradoras	8a	266.978	189.711
Outros créditos operacionais	9	66.901	139.678
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	1.859.834	1.482.174
Títulos e créditos a receber		318.863	306.936
Títulos e créditos a receber	10a	121.591	153.090
Créditos tributários e previdenciários	29b	135.094	106.477
Outros créditos	10b	62.178	47.369
Outros valores e bens		200.548	224.912
Bens a venda	11a	199.936	222.876
Outros valores		612	2.036
Despesas antecipadas		5.558	10.947
Custos de aquisição diferidos	22	477.642	468.980
Seguros		477.642	468.980
Ativo não circulante		2.382.033	2.515.431
Realizável a longo prazo		1.979.262	2.087.222
Aplicações	6	902.145	1.080.882
Créditos das operações com seguros e resseguros		51.581	38.125
Prêmios a receber	7	51.581	38.125
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	135.556	158.643
Títulos e créditos a receber		806.517	739.585
Créditos tributários e previdenciários	29b	607.593	558.299
Depósitos judiciais e fiscais	26a	198.924	181.286
Custos de aquisição diferidos	22	83.463	69.987
Seguros		83.463	69.987
Investimentos		7.122	6.063
Participações societárias	12	6.974	5.915
Outros investimentos		148	148
Imobilizado	13	68.194	65.455
Imóveis de uso próprio		34.557	38.996
Bens móveis		13.923	4.830
Outras imobilizações		19.714	4.830
Intangível	14	327.455	356.691
Total do ativo		9.379.027	9.066.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		5.924.549	5.429.622
Contas a pagar	15	327.567	368.956
Obrigações a pagar		177.765	213.382
Impostos e encargos sociais a recolher	16	115.345	119.307
Encargos trabalhistas		25.643	31.026
Impostos e contribuições	17	8.814	5.241
Débitos de operações com seguros e resseguros		727.048	673.790
Prêmios a restituir		2.386	1.793
Operações com seguradoras	18	38.301	55.922
Operações com resseguradoras	18b	500.125	390.685
Corretores de seguros e resseguros	19	156.621	162.543
Outros débitos operacionais	20	29.615	62.847
Depósitos de terceiros	21	64.057	15.983
Provisões técnicas - seguros	22	4.805.877	4.370.893
Pessoas		4.547.337	4.128.101
Pessoas		258.540	242.792
Passivo não circulante		1.010.840	942.299
Contas a pagar		1.733	2.361
Tributos diferidos	29b	1.733	2.361
Provisões técnicas - seguros	22	832.489	788.404
Danos		714.651	692.562
Pessoas		117.838	95.842
Outros débitos		176.618	151.534
Provisões judiciais	26	176.618	151.534
Patrimônio líquido	27	2.443.638	2.694.591
Capital social		2.072.858	1.915.863
Aumento de capital (em aprovação)		-	156.995
Reservas de capital		542	542
Reserva de reavaliação		397	397
Reservas de lucros		368.190	618.378
Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.651	2.417
Total do passivo e patrimônio líquido		9.379.027	9.066.512

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

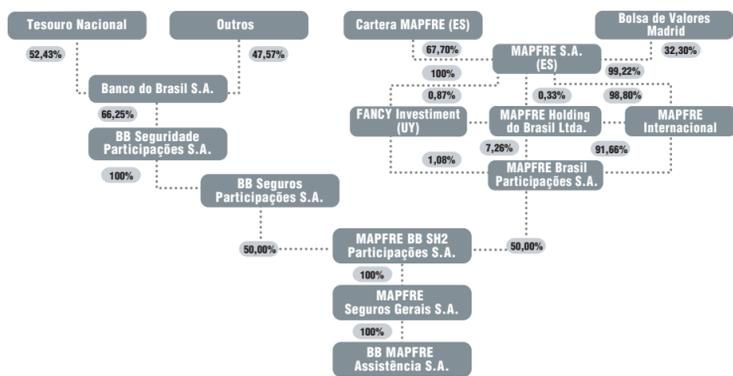
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital integral	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital (investida)	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.549.863	129.000	129.000	497	45	396	40.833	607.123	(12.187)	-	2.296.220
Integralização de capital	-	-	19.350	-	-	-	-	-	-	-	19.350
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 1.351, de 03 de maio de 2016	-	129.000	(129.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital AGE 30 de junho de 2016 - Súmula nº 565/2016	-	-	237.000	-	-	-	-	-	-	-	237.000
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 7 de 28 de dezembro de 2016	-	237.000	(237.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital Súmula nº 944/2016	-	-	156.995	-	-	-	-	-	-	156.995	156.995
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	14.604	-	14.604
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.122	155.122
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - Súmula nº 944/2016	-	-	-	-	-	-	-	(37.334)	-	(147.366)	(184.700)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	7.756	-	-	(7.756)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.915.863	156.995	156.995	497	45	396	48.589	569.789	2.417	-	2.694.591
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 239, de 06 de março de 2017	-	156.995	(156.995)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	(766)	-	(766)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(30.600)	-	-	(30.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(62.300)	-	-	(62.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(65.300)	-	-	(65.300)
Reserva de reavaliação (tributos diferidos)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.988)	(91.988)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.988	91.988
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.072.858	-	-	497	45	397	48.589	319.601	1.651	-	2.443.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 30. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3h, 22 e 25 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3s e 28j - Arrendamento e determinação de se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável); • Nota 26 - Provisões judiciais; e • Nota 29 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP a IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações

financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculadas como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento; e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em nota técnica atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Videntes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **n) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrência, as despesas administrativas, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora adotou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcováveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE, para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 59,8% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objeto de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

o) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não há mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **p) Benefícios aos empregados:** i. *Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. *Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores.

r) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, entre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentro outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco, é de certa forma, accidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultuosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	180.636	3%	46.357	1%	143.597	2%	370.590	6%	180.636	4%	23.754	1%	116.403	2%	320.793	7%
Nordeste	256.214	4%	37.626	1%	141.989	2%	435.829	7%	256.214	5%	26.263	1%	134.457	3%	416.934	9%
Norte	50.325	1%	8.960	0%	30.819	1%	90.104	2%	50.325	1%	6.722	0%	28.939	1%	85.986	2%
Sudeste	1.523.324	25%	1.034.668	17%	1.434.859	24%	3.992.851	66%	1.523.324	31%	367.117	8%	1.018.399	22%	2.908.840	61%
Sul	558.185	9%	192.824	3%	357.827	7%	1.108.836	19%	558.185	12%	142.646	3%	280.845	6%	981.676	21%
Total	2.568.684	42%	1.320.435	22%	2.109.091	36%	5.998.210	100%	2.568.684	53%	566.502	13%	1.579.043	34%	4.714.229	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ (20.568) e R\$ 137.667 (R\$ 32.124 e R\$ 192.794 em 31 de dezembro de 2016). (**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegaram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (a1): simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de afetar. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(13.360)
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(13.360)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(140.937)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de créditos pagas aos corretores quando as apólices foram canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, a exposição ao risco de crédito é reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores

Rating	2017				2016			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A+	7.152	202.918	1.006	211.076	9.233	253.361	7.760	270.354
A	42.914	61.789	2.617	107.320	40.937	75.439	8.520	124.896
A-	901.917	120	9.242	911.279	827.951	213	4.867	833.031
AA+	-	-	156	156	-	30	1.415	1.175
AA	4.625	3.148	-	7.773	8.129	9.871	2.515	20.515
AA-	7.519	8.879	5.375	21.773	9.160	18.078	9.392	36.360
AAA	-	-	-	-	8.920	30	-	8.950
BR+	6.976	-	-	6.976	4.737	-	-	4.737
BR	3.446	-	-	3.446	492	-	-	492
BRAA	4.435	-	-	4.435	2.187	-	-	2.187
BRAAA	12.847	-	-	12.847	-	-	-	-
Total	988.731	276.854	18.396	1.283.981	911.746	357.022	34.199	1.302.967

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebatimento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo apresenta-se o quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2017:

Ativos financeiros - rating	AAA	AA-	AA	Sem rating	2017 Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	2.746.457	-	-	2.746.457
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	64.308	19.966	-	84.274
Letras financeiras	801	10.561	5.276	-	16.638
Debêntures	15.204	16.749	-	-	31.953
Outras aplicações	-	-	-	208	208
Total	16.005	2.838.075	25.242	208	2.879.530

Ativos financeiros - rating

	AAA	AA+	AA-	A+	BBB+	Sem rating	2016 Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	2.620.057	-	-	-	2.620.057
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	26.303	-	10.532	-	36.835
Letras financeiras	4.734	-	4.733	-	-	-	9.467
Debêntures	-	15.119	30.406	3.014	-	-	48.539
Outras aplicações	-	-	-	-	-	726	726
Total	4.734	15.119	2.681.499	3.014	10.532	726	2.715.526

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 191.039 (R\$ 116.776 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Rating* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo como base os dados disponíveis. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporcionalidade dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é sincretizar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Vencimento				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Disponível	13.597	-	-	-	13.597
Equivalentes de caixa	3.864	-	-	-	3.864
Aplicações (*)	538.763	1.210.408	721.604	2.470.775	4.045.636
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.072.802	51.581	-	2.124.383	4.045.636
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	1.137.904	724.301	-	1.862.205	4.045.636
Outros créditos operacionais	66.901	-	-	66.901	4.045.636
Títulos e créditos a receber (**)	183.769	-	-	183.769	4.045.636
Outros valores e bens	102.235	98.313	-	200.548	4.045.636
Despesas antecipadas	5.558	-	-	5.558	4.045.636
Ativos de resseguro - provisões diferidas	468.980	83.463	-	552.443	4.045.636
Total ativo	4.603.035	2.168.066	854.789	7.625.890	4.603.035
Provisões técnicas (*)(**)(***)	3.286.964	1.681.173	261.744	5.229.881	4.603.035
Contas a pagar	327.567	1.733	-	329.300	4.603.035
Debêntures das operações com seguros e resseguros	727.048	-	-	727.048	4.603.035
Depósitos de terceiros	64.057	-	-	64.057	4.603.035
Total do passivo	4.405.636	1.682.906	261.744	6.350.286	4.405.636

Títulos	Vencimento				Sem vencimento	Ativos				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos			Valor contá				

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (preço de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **d) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2017		2016	
	Maiores taxa	Menor taxa	Maiores taxa	Menor taxa
LFT	14,99%	13,77%	18,40%	10,99%
NTN-B	7,62%	3,50%	7,62%	3,50%
NTN-C	4,84%	4,84%	4,84%	4,84%
NTN-F	12,91%	9,44%	18,50%	9,44%
LIN	-	-	11,10%	10,99%
TDA	13,02%	8,62%	13,26%	8,62%
CDI	106% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
Debênture	IPCA + 5,41% a.a.	IPCA + 5,41% a.a.	IPCA + 5,99% a.a.	IPCA + 5,47% a.a.
Debênture	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Debênture	CDI + 1,4% a.a.	CDI + 1,4% a.a.	-	-
Letra financeira	111,60% do CDI	105,00% do CDI	111,60% do CDI	109,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações

	2017		2016	
	Saldo em 2015	Aplicações	Resgates	Saldo em 2016
Valor justo por meio do resultado	2.633.944	3.695.174	(3.258.617)	1.72.005
Disponíveis para venda	534.429	936.949	(1.138.502)	48.069
Mantidos até o vencimento	916.525	-	(348.419)	(1.393)
Outras aplicações	726	-	(518)	-
Total	2.715.624	4.632.123	(4.746.056)	279.232
Saldo em 2015		Saldo em 2016		
Valor justo por meio do resultado	717.276	3.252.491	(2.862.368)	156.545
Disponíveis para venda	859.878	886.658	(1.328.353)	26.552
Mantidos até o vencimento	979.422	10.000	(180.190)	107.293
Outras aplicações	726	-	-	-
Total	2.557.302	4.149.149	(4.370.911)	26.552

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2017		2016	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios líquidos a receber	Prêmios a receber
Ramos agrupados a receber	4.899.931	3.695.174	(1.328.617)	1.872.506
Automóvel	709.154	(31.869)	677.285	784.495
Patrimonial	489.931	(8.323)	481.608	478.602
Pessoas coletivo	139.191	(16.702)	122.489	167.128
Aeronaúticos	117.897	(12.008)	105.889	111.996
Rural	114.126	(3.938)	110.188	115.528
Riscos Especiais	77.798	(4.747)	77.798	65.278
Riscos financeiros	74.318	(2.951)	71.367	85.3
Marítimos	62.125	(8.342)	53.783	42.585
Cosseguros	35.246	(127)	35.119	34.704
Responsabilidades	34.421	(2.481)	31.940	36.526
Habitacional	295	(5)	290	784
Demais ramos	107.247	(56.358)	50.889	92.697
Total	1.961.749	(144.900)	1.816.849	2.007.179

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3.c.i.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2017		2016	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Prêmios a receber	Prêmios a receber
Total	1.934.972	6.826.176	6.415.087	2.321.278
(+) Prêmios emitidos	-	518	24.668	-
(+) IOF	-	-	6.822	2.988
(-) Adicional de fracionamento	-	-	(688.514)	(538.154)
(-) Prêmios cancelados	-	-	(6.190.432)	(6.244.580)
(-) Recebimentos	-	-	(72.693)	(46.315)
(+/-) Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	-	-	1.816.849	1.934.972
Saldo final	1.961.749	1.961.749	1.961.749	1.934.972

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 180 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUARDAS E ATIVOS DE RESSEGUO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	2017		2016	
	Recuperação de sinistros	Redução ao valor recuperável - RVR	Recuperação de sinistros	Redução ao valor recuperável - RVR
Total	266.978	266.978	188.711	188.711
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	1.186.775	-	854.544	-
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	97.215	-	93.918	-
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	546.698	-	533.934	-
Risco vigente não emitido - RVNE	147.512	-	145.230	-
Provisão de despesas relacionadas - PDR	17.190	-	13.191	-
Total	1.995.390	1.995.390	1.640.817	1.640.817
Prêmios cedidos	532.877	532.877	399.219	399.219
Comissões a recuperar	(32.752)	(32.752)	(8.534)	(8.534)
Total	500.125	500.125	390.685	390.685

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2017		2016	
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)
Total	5.998.210	1.283.981	5.998.210	1.283.981
Automóvel	2.568.684	-	2.562.386	-
Patrimonial	1.320.435	753.933	1.207.914	667.641
Pessoas	765.641	2.004	752.903	2.072
Rural	407.452	123.107	374.844	103.753
Marítimos/	-	-	-	-
Aeronaúticos	256.870	213.859	283.800	233.068
Transportes	225.944	23.453	254.212	16.843
Demais	453.184	167.625	526.399	279.590
Total	5.998.210	1.283.981	5.998.210	1.283.981

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (20.568) e R\$ 137.667 respectivamente (R\$ 32.124 e R\$ 193.794 em 31 de dezembro de 2016; **) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016).

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais é composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar de R\$ 50.731 (R\$ 77.331 em 31 de dezembro de 2016) e outros créditos de agentes e correspondentes de R\$ 13.468 (R\$ 52.261 em 31 de dezembro de 2016).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber

	2017		2016	
	Crédito com ressarcimentos (*)	Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 30)	Crédito com ressarcimentos (*)	Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 30)
Total	121.591	153.090	121.591	153.090

(*) Refere-se, substancialmente, a créditos com ressarcimentos com operações de consórcio no montante de R\$ 62.271 (R\$ 62.169 em 31 de dezembro de 2016).

b) Outros créditos

	2017		2016	
	Bloqueios judiciais	BB MAPFRE Assistência S.A. (nota explicativa nº 30)	Bloqueios judiciais	BB MAPFRE Assistência S.A. (nota explicativa nº 30)
Total	62.178	47.369	62.178	47.369

11. OUTROS VALORES E BENS

a) Aging de salvados

	2017		2016	
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias
Total	199.936	222.876	199.936	222.876

b) Composição por ramo

	2017		2016	
	Automóvel	Patrimonial	Automóvel	Patrimonial
Total	199.936	222.876	199.936	222.876

12. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Compreende participações em controlada e investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no montante de R\$ 1.141 (R\$ 1.014 em 31 de dezembro de 2016).

BB MAPFRE Assistência S.A.

	2017		2016	
	Capital social	Quantidade de ações possuídas	Capital social	Quantidade de ações possuídas
Total	102.411	16.177	102.411	16.177

13. IMOBILIZADO

	2017		2016	
	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Depreciação
Total	102.411	16.177	102.411	16.177

14. INTANGÍVEL

	2017		2016	
	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Amortização
Total	356.691	46.580	13.880	(61.936)

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2017		2016	
	Taxa anual	Saldo em 2015	Adições	Amortização
Total	350.373	63.023	(103)	(56.966)

16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2017		2016	
	Taxa anual	Saldo em 2015	Adições	Amortização
Total	115.345	119.307	-	-

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Saldo final
Saldo inicial do exercício	2.785.482	1.704.974	495.630	123.065	49.514	632
Constituições	4.504.830	2.222.975	-	95.638	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(4.834.867)	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	3.332.108	-	-	-	-
Pagamento de sinistros	-	(3.613.282)	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(85.637)	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	(151.190)	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	(98)
Saldo no final do exercício	2.824.049	2.041.860	575.843	138.446	57.634	534

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Saldo final
Saldo inicial do exercício	2.785.482	1.704.974	495.630	123.065	49.514	632
Constituições	4.504.830	2.222.975	-	95.638	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(4.834.867)	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	3.332.108	-	-	-	-
Pagamento de sinistros	-	(3.613.282)	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(85.637)	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	(151.190)	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	(19)
Saldo no final do exercício	2.824.049	2.041.860	575.843	138.446	57.634	534

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Saldo final
Saldo inicial do exercício	2.785.482	1.704.974	495.630	123.065	49.514	632
Constituições	4.504.830	2.222.975	-	95.638	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(4.834.867)	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	3.332.108	-	-	-	-
Pagamento de sinistros	-	(3.613.282)	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(85.637)	-	-	-	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

28. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
a) Principais ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização
	2017	2016	2017	2016	2017 2016
Ramos de atuação					
Automóvel	2.577.156	2.780.413	71,40%	69,96%	22,16%
Patrimonial	1.189.395	1.305.791	52,74%	34,93%	18,64%
Pessoas coletivo	629.378	630.689	25,54%	21,19%	39,34%
Rural	387.772	349.685	15,33%	12,13%	18,88%
Riscos financeiros	263.599	192.794	10,39%	8,59%	24,71%
Riscos especiais	225.922	260.399	9,04%	8,51%	0,47%
Aeronáuticos	151.907	192.853	6,11%	7,07%	4,11%
DPVAT	137.119	201.536	5,43%	10,34%	1,18%
Marítimos	76.412	92.781	3,03%	3,93%	5,73%
Responsabilidades	73.935	76.714	2,87%	3,03%	12,13%
Demais	379.747	356.431	14,85%	10,83%	27,65%
Total	6.092.416	6.441.036	61,01%	54,74%	21,64%
b) Prêmios emitidos					
Prêmios diretos	5.837.126	6.115.309			6,17%
Prêmios de cosseguos aceitos	157.193	115.414			
Prêmios de cosseguos cedidos	(116.402)	(84.530)			
Repasse DPVAT	137.667	192.794			
Recuperação de custos iniciais de contratação	99.725	105.179			
c) Sinistros ocorridos					
Sinistros	(3.647.518)	(3.347.433)			
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	(15.380)	(68.591)			
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(249.407)	(257.255)			
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(7.988)	(35.746)			
Serviço de assistência	(168.446)	(171.568)			
Salvados	222.086	229.475			
Ressarcimentos	149.379	125.194			
d) Custo de aquisição					
Comissões	(1.229.047)	(1.142.649)			
Recuperação de comissões	4.743	4.281			
Despesas com inspeção de riscos	(24.475)	(31.313)			
Despesas com apólices e/ou contratos	(92.128)	(82.459)			
Varição das despesas de comercialização diferidas	22.138	(31.622)			
e) Outras receitas e despesas operacionais					
Apólices e contratos	(29.646)	(17.524)			
Despesas com cobrança	(28.007)	(26.442)			
Contingências civis	(16.002)	4.295			
Endomarketing	(16.605)	(14.485)			
Encargos sociais	—	(325)			
Serviços de terceiros	(37.779)	(52.752)			
Rastreadores	(41.396)	(44.396)			
Redução do valor recuperável	(85.767)	(58.835)			
Operações intragrupo	25.274	—			
Outras despesas	(83.131)	(43.281)			
f) Resultado com operações de resseguro					
Recuperação de indenização	987.319	410.930			
Despesas com resseguro	(1.367.625)	(1.412.543)			
Prêmios de resseguro - direito	(177.234)	(102.217)			
Prêmios de resseguro - cosseguo aceito	100.028	96.748			
Prêmios de resseguro restituídos	14.475	31.088			
Salvados e ressarcimentos	(6.929)	(202)			
Varição das provisões de resseguro	(10.477)	(88.304)			
g) Despesas administrativas					
Pessoal próprio	(318.042)	(309.845)			
Serviços de terceiros	(131.068)	(123.737)			
Localização e funcionamento	(168.028)	(174.875)			
Publicidade e propaganda	(12.865)	(12.176)			
Outras despesas administrativas	7.345	9.495			
h) Despesas com tributos					
COFINS	(94.321)	(76.937)			
COFINS - Crédito tributário	16.416	54.786			
PIS	(15.589)	(12.902)			
PIS - Crédito tributário	2.668	8.903			
Taxa de fiscalização	(3.836)	(3.904)			
Outras despesas com tributos	(7.251)	(6.303)			
i) Resultado financeiro					
Recargas financeiras	238.669	399.532			
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	172.005	156.545			
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	48.069	89.694			
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	59.158	107.293			
Rendimento equivalente de caixa	737	2.277			
Juros de prêmios	30.899	56.397			
Oscilação cambial	29.242	188.682			
Recargas com créditos tributários	4.069	5.828			
Atualização de depósitos judiciais	10.077	13.879			
Outras receitas financeiras	20.227	12.052			
Despesas financeiras					
Consórcio DPVAT	(38.669)	(41.138)			
Oscilação cambial	(44.193)	(178.853)			
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar	(3.981)	19.469			
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(10.038)	(16.034)			
Despesas financeiras de juros	(38.933)	(16.559)			
j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilvivos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser apartir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MF/GV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MF/GV; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; e • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício de 2017, estão demonstrados a seguir.					

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor		
Arrendamento	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	25,786
Sede GRUPO	19.181	19.181	61.464	84.568	88.686	295.333	169.331	399.082	
Call Center - Franca	1.480	1.687	5.622	7.429	6.952	11.301	14.054	20.417	809
Call Center - São Carlos	1.432	1.755	3.904	5.725	—	—	5.336	7.475	1.912
Total	22.093	22.623	70.990	97.717	95.638	306.634	188.721	426.974	28.507
GRUPO SEGURADOR	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Arrendamento	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	25,786
Sede GRUPO	46.782	46.782	149.919	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215
Call Center - Franca	3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.279	49.799	3.412
Call Center - São Carlos	3.492	4.279	9.523	13.952	—	—	13.015	18.231	6.248
Total	53.884	55.176	173.149	238.335	233.262	747.888	460.295	1.041.399	62.845

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	(128.131)	(128.131)	(128.131)	(128.131)
Imposto de renda à alíquota de 25%	32.057	25.626	(29.303)	(23.443)
Contribuição social à alíquota de 20%	(29.861)	(23.888)	(4.386)	(3.509)
Diferenças temporárias	(16.098)	(12.769)	(1.308)	(204)
Diferenças permanentes	11.102	8.266	—	—
Sinistros rurais	847	3.309	46.175	36.940
Prejuízo fiscal e base negativa	812	—	—	—
Deduções incentivadas	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.141)	(7.722)	19.444	9.784
Constituição/Reversão de crédito tributário	29.013	20.579	4.386	3.509
Ajustes relativos a exercícios anteriores	15.893	12.715	8	7
Ajuste de crédito tributário/aumento da CSLL de 15% para 20%	—	(33.194)	—	5
Despesa de imposto de renda e contribuição social	43.765	(7.622)	23.838	14.071
Alíquota efetiva (%)	34%	-6%	-20%	-12%

b) Créditos tributários e previdenciários	2016	Constituições	Reversões	2017
Tributos a compensar	54.643	39.907	(9.386)	85.164
PIS/COFINS	43.572	10.807	(10.329)	44.050
Tributos retidos na fonte	8.262	2.873	(5.255)	5.880
Total circulante	106.477	53.587	(24.970)	135.094

Ativo	2016	Constituições	Reversões	2017
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	38.870	—	(579)	38.291
Contingências civis	1.083	5.563	(975)	5.671
Provisão para riscos de crédito	102.066	879.788	(841.071)	140.783
Provisão para participação nos lucros	15.082	208.295	(211.545)	11.832
Contingências trabalhistas	2.579	2.392	(373)	4.598
Outras provisões	9.929	220.776	(209.152)	21.553
Prejuízo fiscal e base negativa	368.573	53.713	(61.826)	360.460
PIS/COFINS	20.117	10.342	(6.084)	24.405
Total não circulante	558.299	1.380.869	(1.331.575)	607.593
Total	2016	Constituições	Reversões	2017
Desajuste	383	—	—	383
Reserva de reavaliação	1	—	(1)	—
Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.977	9.074	(9.701)	1.350
Total passivo	2.361	9.074	(9.702)	1.733

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orientadoras. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

Compensação de crédito tributário (*)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Resultado	260.847	493.299	627.955	695.065	778.764	134.907	134.907
Compensação (30% do lucro)	(78.254)	(147.990)	(188.387)	(208.520)	(233.629)	(40.472)	(40.472)
Alíquota de IRPJ e CSLL	45%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
Compensação de crédito tributário	182.593	345.309	439.568	486.545	545.135	194.435	194.435

(*) No ano de 2019, previu-se a incorporação da Brasilvivos como estratégia de simplificação do modelo societário e aceleração da compensação do crédito tributário. Essa estratégia só será implementada após a aprovação dos documentos definitivos do fato relevante divulgado no último dia 06 de fevereiro de 2018 (nota explicativa nº 33). Ainda que o cenário acima não se realize, considerando a atual estrutura societária, os estudos de compensação dos créditos tributários demonstram capacidade de realização da totalidade dos valores até o ano de 2023.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Seguradora mantém operações de resseguro com o IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das transações com partes relacionadas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Bancos	10.259	14.247
Banco do Brasil S.A.	10.259	14.247
Despesas antecipadas	—	4.560
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	2.280
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.280
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador	170.888	205.103
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	52.563
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A.	Coligada	2.553
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	44.707
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	71.065
Provisões técnicas de ativos de resseguro	1.615.145	1.742.738
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	1.204.779
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A.	Coligada	1.195.765
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	6.407
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	111.077
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	292.882	175.865
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	22.273
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	2.195
Brasilvivos Companhia de Seguros (*)	Coligada	8.224
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada</	